

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº DE 2022 (Do Sr. Deputado Jorge Solla)

Requer seja convocado o Senhor Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, para prestar esclarecimentos sobre a situação das Santas Casas e hospitais filantrópicos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 24, IV e 219, I, §§ 1º e 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e no art. 50, *caput*, da Constituição Federal, e ouvido o plenário desta Comissão, seja convocado o Senhor Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga para em reunião de audiência pública, prestar esclarecimentos sobre a situação das Santas Casas e hospitais filantrópicos.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com levantamento da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB), as instituições e hospitais que possuem convênios com o SUS correm o risco de fechar em todo o país, por falta de repasses do governo.



Só nos últimos seis anos, 315 delas tiveram que encerrar os serviços por não terem verba para continuar operando. Segundo a entidade, a crise sanitária da Covid 19 fez com que a dívida no setor ultrapassasse R\$ 20 bilhões. O governo Bolsonaro prometeu um repasse emergencial de R\$ 2 bilhões, mas até agora, não há sinal deste socorro.

Em meados de abril as Santas Casas e os hospitais filantrópicos de todo o país realizaram uma paralização simbólica em protesto contra a falta de repasses financeiros por parte do Governo Federal. Os serviços emergenciais foram mantidos, mas os procedimentos eletivos foram reagendados. Nas unidades que mantiveram todos atendimentos os funcionários usaram roupas pretas como forma de protesto.

Além dos atos simbólicos, a CMB tem buscado reuniões com a Presidência da República, presidentes da Câmara e Senado e líderes do Congresso. A Confederação, inclusive, teme a aprovação do piso salarial para a enfermagem (PL 2564/202) por não ter como arcar com o reajuste, embora o considere justo.

Segundo o presidente da CMB, Mirocles Vêras, as Santas Casas e hospitais filantrópicos requerem a alocação de recursos na ordem de R\$ 17,2 bilhões, em caráter de urgência, para alcançar o equilíbrio econômico e financeiro no relacionamento com o SUS e como alternativa para arcar com as obrigações trabalhistas decorrentes da aprovação do piso salarial nacional da Enfermagem.

Na data de hoje, acompanhamos a Secretária Estadual de Saúde, Adélia Pinheiro, em visita aos núcleos das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), em Salvador, onde fomos atualizados sobre a grave crise financeira enfrentada pela instituição. A pior crise de sua história! Atualmente as Obras Sociais lidam com um déficit operacional de R\$ 24 milhões, valor que ainda pode ser acrescido em R\$ 20 milhões até o final do ano.

Só para lembrar, as OSID são um dos maiores complexos de saúde do país, com atendimento 100% gratuito, responsável pela realização de 3,5 milhões de procedimentos ambulatoriais por ano, na Bahia.

A crise financeira é resultado da insuficiência dos valores recebidos em razão dos serviços prestados ao SUS, derivado de contrato designado de



Plano Operativo. O contrato em questão não possui cláusula de reajuste, de modo que a remuneração paga à instituição mantém-se inalterada ao longo dos últimos 5 anos, sendo insuficiente para cobrir os custos dos serviços – cenário esse agravado pela pandemia do novo Coronavírus e pelo crescimento da inflação nos preços dos insumos, especialmente os hospitalares, resultando assim no aumento das despesas com material hospitalar, medicamentos, entre outros itens. *“Sempre fizemos muito com poucos recursos financeiros. Só que agora, esse pouco está pouco demais”*, desabafou a Superintendente, Maria Rita Pontes.

A crise vivida pelas Obras Sociais Irmã Dulce, que tanto impacta a população baiana, é a mesma enfrentada pelas demais Santas Casas e Hospitais Filantrópicos nos demais estados e o debate com o Senhor Ministro pode nos apontar saídas, razão porque peço o apoio dos nobres pares

Sala da Comissão, 29 de abril de 2022.

Deputado JORGE SOLLA

